

GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS COM BASE NO TCU



A fiscalização é a prerrogativa da administração que propicia a qualidade dos serviços prestados, da execução da obra e do fornecimento do material, propiciando o cumprimento contratual.

É atividade inerente às funções do servidor devendo ser promovidas capacitações constantes para seu bom desempenho.



Lei 14.133/2021, art. 117 c/c art. 7º, caput e incisos I e II; e Decreto 11.246/2022, art. 8º, caput

Uma das providências internas da organização **contratante é a designação da equipe de fiscalização.**

A autoridade máxima - ou quem as normas administrativas indicarem - deve designar o gestor e/ou fiscais do contrato, preferencialmente entre **os servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração** e que tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público.

NOVA LEI

DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (art. 117)



Art. 117. A execução do contrato **deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração** especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O fiscal do contrato anotarà em **registro próprio todas as ocorrências** relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

FISCALIZAÇÃO



NOVA LEI

DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (art. 115)



§ 2º O **fiscal do contrato** informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a **situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência**.

§ 3º O **fiscal do contrato** será auxiliado pelos **órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração**, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual

FISCALIZAÇÃO



NOVA LEI

DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (art. 115)



§ 4º Na hipótese da contratação de terceiros prevista no *caput* deste artigo, deverão ser observadas as seguintes regras: 72

I – a empresa ou o profissional **contratado** **assumirá responsabilidade civil objetiva** pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará **termo de compromisso de confidencialidade** e **não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato**;

II – a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu, por meio do Acórdão 1917/2024 – Plenário,

pregoeiros e agentes de contratação responsáveis por conduzir licitações regidas pela Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) devem ser, obrigatoriamente, servidores efetivos ou empregados dos quadros permanentes da Administração Pública.

Ministro Zimler - esclareceu que, segundo a hermenêutica jurídica, a regra especial deve prevalecer sobre a regra geral, ou seja, no âmbito federal, a exigência de que os pregoeiros e agentes de contratação sejam servidores efetivos prevalece sobre a norma que sugere essa designação como preferencial. Além disso, foi citada a regulamentação federal no Decreto 11.246/2022, que também reitera essa exigência para a administração pública direta, autárquica e fundacional.

- 1) O Decreto 11.246/2022 determinou que, antes da formalização do ato de designação, **o gestor e os fiscais de contratos sejam formalmente cientificados da indicação e das respectivas atribuições**
- 2) Esse normativo **proíbe também que o agente público recuse o encargo de gestor ou fiscal de contrato.** Assim, caso o agente tenha deficiência ou limitações técnicas que possam impedir o cumprimento diligente das atribuições, ele deverá comunicar o fato ao seu superior hierárquico. **Nesse sentido, orienta-se ao agente público que faça essa comunicação de maneira formal, por escrito,** para ficar registrado esse alerta ao superior hierárquico.



Decreto 11.246/2022

Gestores e fiscais de contratos

Art. 8º Os gestores e os fiscais de contratos e os respectivos substitutos serão representantes da administração designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem, para exercer as funções estabelecidas no art. 21 ao art. 24, observados os requisitos estabelecidos no art. 10.

§ 1º Para o exercício da função, o gestor e os fiscais de contratos deverão ser formalmente cientificados da indicação e das respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.

§ 2º Na designação de que trata o **caput**, serão considerados:

- I - a compatibilidade com as atribuições do cargo;
- II - a complexidade da fiscalização;
- III - o quantitativo de contratos por agente público; e
- IV - a capacidade para o desempenho das atividades.



Decreto 11.246/2022

Princípio da segregação das funções

Art. 12. O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o **caput**:

- I - será avaliada na situação fática processual; e
- II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:

- a) da consolidação das linhas de defesa; e
- b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.



Decreto 11.246/2022

Atividades de gestão e fiscalização de contratos

Art. 19. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - **gestão de contrato** - a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

PLANEJAMENTO

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

CONTROLE



Decreto 11.246/2022

Atividades de gestão e fiscalização de contratos

Art. 19. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

II - **fiscalização técnica** - o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

PLANEJAMENTO

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

CONTROLE



Decreto 11.246/2022

Atividades de gestão e fiscalização de contratos

Art. 19. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

III - **fiscalização administrativa** - o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento; e



Decreto 11.246/2022

Atividades de gestão e fiscalização de contratos

Art. 19. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

IV - **fiscalização setorial** - o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade.

PLANEJAMENTO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONTABILIDADE

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

CONTROLE



Decreto 11.246/2022

Atividades de gestão e fiscalização de contratos

§ 1º As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de **forma preventiva, rotineira e sistemática** e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, assegurada a distinção das atividades.

§ 2º A distinção das atividades de que trata o § 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

§ 3º Para fins da fiscalização setorial de que trata o inciso IV do **caput**, o órgão ou a entidade poderá designar representantes para atuarem como fiscais setoriais nos locais de execução do contrato.



ACÓRDÃO 5699/2025 - SEGUNDA CÂMARA

8.1.6. Responsável: José Ferreira Chagas (CPF: XXX.827.723-XX).
Conduta: autorizar, na condição de gestor de contrato, o pagamento antecipado de serviços de suporte e manutenção de licenças SAP, sem a efetiva contraprestação dos serviços.

Nexo de causalidade: a autorização de pagamentos antecipados, sem a efetiva contraprestação dos serviços, resultou na presunção de danos ao patrimônio do Banco do Nordeste.

Culpabilidade: não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade; é razoável supor que o responsável tinha consciência da ilicitude de sua conduta; era exigível conduta diversa da praticada, qual seja, conduzir a execução do contrato de acordo com os normativos internos do Banco do Nordeste e com base nos princípios norteadores da Administração Pública.



1. Necessidade de formalismo na Administração
2. Arquivos físicos e eletrônicos para consulta do gestor
3. Forma e autuação dos documentos (físicos e eletrônicos – SEI ou outros sistemas)
4. Livro de Registros do Contrato
5. Recusa do preposto em assinar o Livro de Registros do Contrato ou ciência de comunicação - testemunhas

Formalismo moderado

Convalidação/saneamento dos atos administrativos

Registro diário (serviços e obras)

PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO
GESTÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CONTABILIDADE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTROLE



Início do contrato- Reunião Inaugural- (IN-SGD/ME 94/2022, art. 31;
e IN - Seges/MP 5/2017, art. 45, § 1º)

Após a assinatura do contrato, o gestor do contrato **deve convocar uma reunião com o contratado para esclarecer questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato.**

Nessa reunião, também devem ser repassados ao contratado os conhecimentos necessários para a execução do contrato.

A equipe de fiscalização, o representante legal do contratado e o preposto do contratado (que será o representante administrativo na execução do contrato) devem estar presentes.

Os assuntos tratados na reunião inicial devem ser registrados em ata



SUBCONTRATAÇÃO

Nova lei define percentual máximo de subcontratação.

O Art. 122 da Lei 14.133/2021 permite a subcontratação a terceiro de partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

Art. 67: A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, **limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado**, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.



SUBCONTRATAÇÃO

É proibida, portanto, a subcontratação total do objeto, não podendo a atuação do contratado transformar-se em mera intermediação ou administração de contrato. Além disso, o contratado permanece como responsável legal e contratualmente pela parte subcontratada.

Você Gestor/Fiscal/executor recebeu contrato de locação de Veículo com Motorista em que a empresa contratada subcontratou integralmente o objeto da licitação. O que faz?



SUBCONTRATAÇÃO

Decreto 8.538/2015, art. 7º, § 4º (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal)

Nesse caso, o edital deverá esclarecer as hipóteses em que a subcontratação não é aplicável e não poderá exigir a subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.

PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONTABILIDADE

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

CONTROLE



SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação não autorizada é motivo para a extinção do contrato pela Administração, por descumprimento de cláusula contratual, conforme prevê o art. 137, inciso I, da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Penalidades? Quais são cabíveis?

SUBCONTRATAÇÃO

Acórdãos	Dispositivos
<u>Acórdão 5472/2022-TCU - Segunda Câmara</u>	[Enunciado] A subcontratação total do objeto, em que se evidencia a mera colocação de interposto entre a Administração Pública contratante e a empresa efetivamente executora (subcontratada), é irregularidade ensejadora de débito, o qual corresponde à diferença entre os pagamentos recebidos pela empresa contratada e os valores por ela pagos na subcontratação integral.
<u>Acórdão 10397/2021-TCU - Segunda Câmara</u>	[Enunciado] Na subcontratação total do objeto, em que a empresa contratada atua como mera intermediária entre a Administração e a empresa efetivamente executora (subcontratada), o superfaturamento deve ser quantificado em função dos preços de mercado e não, simplesmente, pela diferença entre os pagamentos recebidos pela empresa contratada e os valores por ela pagos à subcontratada.

Pagamento

Após o recebimento do objeto, ou de cada etapa ou parcela da execução e desde que não haja pendências, **o responsável pela fiscalização do contrato pode apurar o valor exato a pagar ao contratado.**

Assim, a nota fiscal (ou documento de cobrança equivalente) deve ser emitida com o valor dimensionado pela fiscalização.

A exceção ocorre em contratos de fornecimento, em que a nota fiscal é entregue junto com os produtos.

Parcela incontroversa

Lei 14.133/2021, art. 143

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, o contratado poderá emitir a nota fiscal referente à parcela incontroversa, para pagamento

PLANEJAMENTO
GESTÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CONTABILIDADE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTROLE



Liquidação

Decreto, art. 21, inciso V; e IN - Seges/MP 5/2017, Anexo XI, item 1

A nota fiscal e os demais documentos comprobatórios da prestação executada devem ser enviados ao setor competente para formalizar a **liquidação da despesa** e realizar o pagamento, inclusive determinando eventuais retenções, se for o caso



Prazo pagamento

Apesar de a Lei 14.133/2021 não determinar o prazo máximo para o pagamento, como previa o regramento anterior, entende-se necessário fixar prazo razoável a ser determinado durante a fase de planejamento¹³⁴⁸, tendo em vista o risco de prazos muito longos afastarem potenciais competidores e resultarem no aumento dos preços ofertados em razão das incertezas do fornecedor quanto ao momento do recebimento pela prestação realizada.

*Lei 8.666/1993, art. 40, inciso XIV, alínea “a”, art. 73, § 3º. A Lei 14.770/2023 propunha modificar o inciso VI do art. 92 da Lei 14.133/2021 para que fosse estabelecido prazo de trinta dias para liquidação e pagamento a partir da data final do adimplemento da obrigação contratual, **mas esse inciso foi vetado pelo Presidente da República***



Atesto da nota fiscal

Lei n. 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar: I - a origem e o objeto do que se deve pagar; II - a importância exata a pagar; (Vide Medida Provisória nº 581, de 2012) III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço. (que se dá através do atesto)



ATESTO

Acórdãos	Dispositivos
<u>Acórdão 3972/2023 - TCU - Segunda Câmara</u>	[Enunciado] A atestação da execução de serviços de engenharia com base apenas em medição realizada pela própria empresa contratada, sem rigorosa e efetiva verificação dos quantitativos realizados, documentada em memória de cálculo, caracteriza erro grosseiro apto à responsabilização do fiscal do contrato (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lindb).
<u>Acórdão 12489/2019- TCU - Segunda Câmara</u>	[Enunciado] A ausência de designação formal não obsta a responsabilização do agente que tenha praticado atos concernentes à função de fiscal de contrato, como o atesto de notas fiscais.
<u>Acórdão 2897/2019- TCU - Segunda Câmara</u>	1.9.3. dar ciência à [...] sobre as seguintes impropriedades. 1.9.3.2. fragilidade na gestão e fiscalização de contratos, tais como: 1.9.3.2.1. ausência de designação formal de gestores/fiscais para os contratos, em descumprimento ao art. 67 da Lei 8.666/1993; 1.9.3.2.2. insuficiência de capacitação dos fiscais para o exercício das atribuições de fiscalização dos contratos, em afronta ao disposto nos arts. 58, inciso III e 67 da Lei 8.666/1993;

CONTROLE

ATESTO

Acórdão 1033/2019- TCU-Plenário

[Enunciado] A aceitação de equipamento diferente daquele constante da proposta do licitante e com características técnicas inferiores às especificações definidas no termo de referência afronta o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 3º e 41 da Lei 8.666/1993) e o princípio da isonomia, diante da possibilidade de as diferenças técnicas entre os bens influenciar não só no valor das propostas, como também na intenção de potenciais licitantes em participar do certame.

Acórdão 508/2018- TCU - Plenário

[Enunciado] Em contratação de serviços de supervisão, fiscalização ou gerenciamento de obras, deverá constar cláusula contratual ou elemento na matriz de riscos prevista no art. 42, inciso X, da Lei 13.303/2016 que preveja a diminuição ou supressão da remuneração do contratado, nos casos, ainda que imprevistos, de enfraquecimento do ritmo das obras ou de paralisação total, de forma a se manter o equilíbrio econômico-financeiro dos referidos contratos durante todo o período de execução do empreendimento.

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

CONTROLE



NOVA LEI

DA GARANTIAS

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI



DA GARANTIA (art. 96)

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. (Art. 56 da antiga lei)

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI



DA GARANTIA (art. 96)

NOVIDADE

§ 2º Na hipótese de **suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração**, o contratado **ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro** até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo. **(seguro garantia)**

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI



DA GARANTIA (art. 97)

NOVIDADE

Art. 97. O **seguro-garantia** tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:

I – o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI



DA GARANTIA (art. 97)

NOVIDADE

Art. 97. O **seguro-garantia** tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:

II – o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo único. Nos contratos de **execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços**, **será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia** na data de renovação ou de aniversário, **desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente** e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 desta Lei.

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI



DA GARANTIA (art. 98)

NOVIDADE

Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, **autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.**

Parágrafo único. Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no *caput* deste artigo.

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA GARANTIA (art. 100 e 101)



Art. 100. A garantia prestada pelo contratado **será liberada ou restituída** após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

Art. 101. Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA GARANTIA (art. 102)



NOVIDADE

Art. 102. Na contratação de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia e prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que:

I – a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:

b) acompanhar a execução do contrato principal;

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA GARANTIA (art. 102)



NOVIDADE

Art. 102. Na contratação de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia e prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que:

I – a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:

c) ter acesso a auditoria técnica e contábil;

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA GARANTIA (art. 102)



NOVIDADE

Art. 102. Na contratação de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia e prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que:

I – a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:

d) requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA GARANTIA (art. 102)

NOVIDADE

Art. 102. Na contratação de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir a prestação da garantia na modalidade **seguro-garantia** e prever a obrigação **de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução** e concluir o objeto do contrato, hipótese em que:

II – a emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;

III – a seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.



A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA GARANTIA (art. 102)



NOVIDADE

Parágrafo único. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

I – caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II – caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 124)



Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei **poderão ser alterados**, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I – unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver **modificação do projeto** ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a **modificação do valor contratual** em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

ALTERAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 124)



II – por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a **modificação do regime de execução da obra** ou do serviço, bem como do **modo de fornecimento**, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

ALTERAÇÃO QUALITATIVA

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 124)



II – por acordo entre as partes:

c) quando necessária a modificação **da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes**, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

ALTERAÇÃO QUALITATIVA

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 124)



II – por acordo entre as partes:

d) para **restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

ALTERAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 124)



§ 1º Se forem decorrentes **de falhas de projeto**, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia **ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico** e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

FALHAS DE PROJETOS

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 124)



§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do *caput* deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, **quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado. (REEQUILÍBRIO)**

DESAPROPRIAÇÃO

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 125)



Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do *caput* do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

ACRÉSCIMO 25% OBRAS, SERVIÇOS E COMPRAS E 50% REFORMA DE EDIFÍCIO E EQUIPAMENTO

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 126)



Art. 126. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do *caput* do art. 124 desta Lei **não** poderão transfigurar o objeto da contratação.

ALTERAÇÕES QUE MUDAM O OBJETO NÃO PODEM

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 127)



Art. 127. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei.

ADITIVO COM BASE NA PROPOSTA E ORÇAMENTO BASE

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 128)



Art. 128. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência **não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.**

MUITO COMUM QUANDO O CONTRATADO “MERGULHA NO PREÇO”

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 129)



Art. 129. Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, **estes deverão ser pagos pela Administração** pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

RESSARCIMENTO DOS PREJUÍZOS DO QUE FOI GASTO EFETIVAMENTE

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 130)



Art. 130. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

REEQUILÍBRIO APÓS REDUÇÃO OU AUMENTO DE ENCARGOS DO CONTRATADO

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 131)



Art. 131. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

REEQUILÍBRIO APÓS EXTINÇÃO DO CONTRATO

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 131)



Art. 131. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Parágrafo único. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado **durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 desta Lei. (PRECLUSÃO LÓGICA)**

REEQUILÍBRIO APÓS EXTINÇÃO DO CONTRATO

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 132)



Art. 132. A formalização do **termo aditivo é condição para a execução**, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, **salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.**

EVITAR RESSARCIMENTO E RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 133)



Art. 133. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

I – para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

REEQUILÍBRIO DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 133)



Art. 133. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

II – por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;

REEQUILÍBRIO DECORRENTE DE ALTERAÇÃO DE PROJETO

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 133)



Art. 133. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

III – por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei;

Caso de demonstração de inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação.

REEQUILÍBRIO DECORRENTE DE ALTERAÇÃO DE PROJETO

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 133)



Art. 133. Nas hipóteses em que for adotada a **contratação integrada ou semi-integrada**, é vedada a **alteração dos valores contratuais**, exceto nos seguintes casos:

IV – **por ocorrência de evento superveniente** alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

REEQUILÍBRIO DECORRENTE DE EVENTO SUPERVENIENTE

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 134)



Art. 134. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, **alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais** ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

REEQUILÍBRIO DECORRENTE DE ALTERAÇÃO DE TRIBUTOS OU ENCARGOS LEGAIS

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 135)



Art. 135. Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra **serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro**, mediante **demonstração analítica da variação dos custos contratuais**, com data vinculada:

I – à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

REPACTUAÇÃO SERVIÇOS CONTÍNUOS COM MÃO DE OBRA

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 135)



Art. 135. Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra **serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro**, mediante **demonstração analítica da variação dos custos contratuais**, com data vinculada:

II – ao acordo, à **convenção coletiva** ou ao **dissídio coletivo** ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

REPACTUAÇÃO SERVIÇOS CONTÍNUOS COM MÃO DE OBRA

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 135)



§ 1º A Administração **não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho** que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

EX. PLANO DE SAÚDE – AGU PARECER

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 135)



§ 2º É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

EX. PLANO DE SAÚDE – AGU PARECER

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 135)



§ 3º A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado **da data da apresentação da proposta** ou da data da última repactuação.

§ 4º A repactuação **poderá ser dividida em tantas parcelas** quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em **momentos distintos para discutir a variação de custos** que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

REPACTUAÇÃO

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 135)



§ 5º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo **poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos** de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

§ 6º A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de **demonstração analítica da variação dos custos**, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

REPACTUAÇÃO

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 136)



Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados **por simples apostila**, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I – variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II – atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

APOSTILAMENTO

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (art. 136)



Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados **por simples apostila**, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

III – alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV – empenho de dotações orçamentárias.

APOSTILAMENTO

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



Apresentação

DO REAJUSTE

O reajuste de preços é aplicável a contratos cujos valores possam ser atualizados por índices de correção monetária, a exemplo do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, e deve observar uma periodicidade mínima de doze meses, contados da data prevista para a apresentação da proposta ou do orçamento que a proposta do licitante se referir.

Apresentação

DO REAJUSTE

Lei nº 10.192/2001

Art. 3º Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições desta Lei, e, no que com ela não conflitarem, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º **A periodicidade anual nos contratos de que trata o caput deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.**



Apresentação

DO REAJUSTE

IN nº 05/2017

Art. 61. O reajuste em sentido estrito, como espécie de reajuste contratual, consiste na aplicação de índice de correção monetária previsto no contrato, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.



Apresentação

DO REAJUSTE

§ 1º É admitida estipulação de reajuste em sentido estrito nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano, desde que não haja regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

§ 2º O reajuste em sentido estrito terá periodicidade igual ou superior a um ano, sendo o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste, a **data prevista para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir**, ou, no caso de novo reajuste, a data a que o anterior tiver se referido.



Apresentação

DO REAJUSTE

- A contratada deverá requerer o reajuste de preços até a data final de vigência do contrato ou por ocasião da manifestação de interesse da prorrogação do ajuste.
- O reajuste somente será analisado caso a contratada demonstre, antes da renovação do contrato, interesse em atualizar os preços praticados



Apresentação

DO REAJUSTE

38. Ocorre que, ao agir dessa forma, a contratada deu ensejo à **preclusão lógica, verificada com a prática de ato anterior incompatível com ato que se pretende praticar**. Ou seja, ao manifestar-se nos autos por diversas vezes e concordar com as prorrogações contratuais, assinando termos aditivos sem questionar ou pleitear que não mais ocorressem as glosas aqui analisadas, a contratada praticou ato contrário ao direito de posteriormente requerer o ressarcimento referente àquelas quantias. Nesse sentido é a ampla jurisprudência desta Corte, conforme os excertos de Acórdãos colacionados:

A contratada, ao iniciar, tardiamente, a execução dos serviços sem condicioná-la a revisão de preços, **implicitamente reconhece a adequação e a exequibilidade dos valores propostos na licitação, o que configura renúncia ao reequilíbrio econômico-financeiro das condições iniciais contratadas, dando ensejo à preclusão lógica**.

Processo nº TC 034.527/2014-1.



Apresentação

DA REPACTUAÇÃO

A repactuação de preços, espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano da data da apresentação da proposta;



Apresentação

DA REPACTUAÇÃO IN nº 05/2017

Art. 54. § 1º A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no caput, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o inciso XXI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

Apresentação

DA REPACTUAÇÃO IN nº 05/2017

§ 2º A repactuação poderá ser **dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias**, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, **podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas**, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.



Apresentação

DA REPACTUAÇÃO IN nº 05/2017

§ 3º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantos quanto forem os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho das categorias envolvidas na contratação.

Apresentação

DA REPACTUAÇÃO IN nº 05/2017

§ 4º A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

Apresentação

DA REPACTUAÇÃO IN nº 05/2017

Art. 55. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

Apresentação

DA REPACTUAÇÃO IN nº 05/2017

Art. 55. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

Apresentação

DA REPACTUAÇÃO IN nº 05/2017

Art. 57. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.



Apresentação

DA REPACTUAÇÃO IN nº 05/2017

§ 1º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, observado o disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.



Apresentação

DA REPACTUAÇÃO IN nº 05/2017

§ 2º A variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

- I - os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- II - as particularidades do contrato em vigência;



Apresentação

DA REPACTUAÇÃO IN nº 05/2017

§ 2º A variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

- III - a nova planilha com variação dos custos apresentada;
- IV - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- V - a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.



Apresentação

DA REPACTUAÇÃO IN nº 05/2017

§ 3º A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.



Apresentação

DA REPACTUAÇÃO IN nº 05/2017

§ 4º As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.



Apresentação

DA REPACTUAÇÃO

Lei nº 14.133/2021

Art. 135. Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I - à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II - ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de

Apresentação

Equilíbrio econômico-financeiro da proposta

Constituição Federal no inciso XXI do art. 37, impõe que as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta.



Apresentação

Equilíbrio econômico-financeiro da proposta

A equação econômico-financeira do contrato administrativo é a relação de equivalência formada pelo conjunto dos encargos impostos pela Administração e pela remuneração proposta pelo particular. Esta relação é estabelecida quando da apresentação da proposta na licitação ou no processo de contratação direta, e deve manter-se equilibrada durante toda a execução do contrato.



Apresentação

Equilíbrio econômico-financeiro da proposta

Para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Lei nº 8.666/93 prevê os institutos “reajuste” e “revisão” como forma de recomposição do preço, nos casos em que se verifica a ocorrência de áleas ordinárias e extraordinárias, respectivamente.

A revisão está prevista no art. 65 (alínea “d” do inciso II e §§ 5º e 6º) da Lei nº 8.666/93, e objetiva a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.



Apresentação

Equilíbrio econômico-financeiro da proposta

Em outras palavras, a legitimidade em revisar o contrato pressupõe a ocorrência de:

Álea extraordinária:

- a) Fatos imprevisíveis;
- b) Fatos previsíveis, mas de consequências incalculáveis;



Apresentação

Equilíbrio econômico-financeiro da proposta

Em outras palavras, a legitimidade em revisar o contrato pressupõe a ocorrência de:

Álea extraordinária:

c) Caso de força maior ou caso fortuito; ou

d) Fato do príncipe: criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais ou alterações unilaterais promovidas no ajuste, de comprovada repercussão nos preços contratados.



Apresentação

Equilíbrio econômico-financeiro da proposta

Álea econômica:

- Elevação no custo do encargo que torne o preço insuficiente em vista das condições iniciais; ou
- Diminuição do custo do encargo que torne o preço excessivo em vista das novas condições de mercado.



Apresentação

Equilíbrio econômico-financeiro da proposta

Álea extracontratual:

Os fatos que provocaram modificação na composição do custo de encargo, de comprovada repercussão nos preços contratados, não podem decorrer da vontade (ação ou omissão) das partes.

De fato, a revisão exige a comprovação de um fato superveniente e extraordinário ou **de consequências incalculáveis**, de modo que o seu cabimento somente se opera em circunstâncias dessa natureza.



Apresentação

Equilíbrio econômico-financeiro da proposta

Lei nº 14.133/2021

Art. 130. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Art. 131. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Parágrafo único. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do [art. 107 desta Lei](#).



Apresentação

TERMO ADITIVO E TERMO DE APOSTILAMENTO

Termo Aditivo = é o instrumento utilizado para formalizar as modificações nos contratos administrativos, previstas em lei, tais como acréscimos ou supressões no objeto, prorrogações de prazos, prorrogação do contratos, além de outras.

Termo de Apostilamento = é o registro administrativo que pode ser feito no Termo de Contrato, ou nos demais instrumentos hábeis que o substituem, normalmente no verso da última página do contrato ou, ainda, pode ser efetuado por meio de juntada de outro documento ao Termo de Contrato ou aos demais instrumentos hábeis.



Apresentação

Correção Monetária

A atualização financeira consiste na inflação de forma global, na qual prejudica o poder de compra da moeda. Não se considera os acordos pelos insumos ou serviços prestados, mas, sim, a reconstituição do valor interno da obrigação devida.

A correção monetária tem sua utilização na hipótese de mora de pagamento, isto é, atua na proporção em que há descumprimento do contrato por parte da Administração Pública, baseia-se em índices gerais.



Apresentação

Correção Monetária

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte: [...]

XIV - condições de pagamento, prevendo: [...]

c) **critério de atualização financeira** dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

d) **compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;**



FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

JOGO DE PLANILHA

(TCU, Acórdão nº 1.721/2016 – Plenário)

O TCU julgou tomada de contas especial resultante de processo de auditoria realizada em obras de complexo viário. Entre os achados apontados pela equipe de fiscalização, destacou-se a ocorrência de superfaturamento em razão do pagamento de serviços em contrato que sofreu desequilíbrio econômico-financeiro por modificações nos quantitativos inicialmente previstos, gerando débito perante a União no valor de R\$ 2.417.394,09.

FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

JOGO DE PLANILHA

(TCU, Acórdão nº 1.721/2016 – Plenário)

“foram elevados quantitativos de itens que apresentavam preços unitários superiores aos de mercado e reduzidos quantitativos de itens com preços inferiores, por meio de alterações contratuais informais, posteriormente, materializadas em um termo aditivo, configurando, assim, a ocorrência de ‘jogo de planilha’”.

FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

JOGO DE PLANILHA

(TCU, Acórdão nº 1.721/2016 – Plenário)

“deveriam as partes contratantes ter atuado no sentido de preservar o equilíbrio inicialmente estabelecido, nos termos do art. 58, inciso I e § 2º, c/c o art. 65, inciso I e § 6º, da Lei 8.666/1993”.

FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

O pedido de prorrogação de prazo de entrega ou execução de serviços deverá ser analisado previamente pelo fiscal e/ou gestor do contrato, mediante avaliação das razões expostas pela contratada e manifestação quanto à viabilidade técnica da concessão ou não da prorrogação do prazo requerido.



FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Preclusão lógica ao reajuste de preços

A limitação temporal para o exercício do direito de repactuação baseia-se em entendimentos do [Tribunal de Contas](#) da União – TCU e da [Advocacia](#) Geral da União – AGU, reiterados pelas Cortes de Contas de Estados e Municípios, não estando expressamente prevista no Estatuto das Licitações.



FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Preclusão lógica ao reajuste de preços

[...] não obstante fundamentarem-se na cláusula rebus sic stantibus, tratam-se revisão e reajuste de medidas diferentes no que tange a contratos administrativos. **A revisão é consequência da teoria da imprevisão, tendo** lugar quando a interferência causadora da quebra do equilíbrio econômico-financeiro consista em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário (geada no sertão nordestino, incêndios, enchentes etc.). Sendo imprevisível é lógico que tal fato não está previsto no contrato[...]. **O Reajuste, por sua vez, tem lugar em decorrência da instabilidade econômica e da consequente variação de preços de bens, serviços ou salários**[...]. Assim tendo em vista a previsibilidade da inflação e da elevação dos bens, serviços e salários, não se aplica, in casu, a teoria da imprevisão[...]. O Reajustamento, ao contrário, como disse o saudoso Hely Lopes Meirelles, ‘é conduta contratual autorizada por lei para corrigir os efeitos ruinosos da inflação. Não é decorrência da imprevisão das partes, ao contrário, é previsão de uma outra realidade existente, diante da qual o legislador pátrio institucionalizou o reajustamento dos valores contratuais’. O fundamento legal da revisão contratual acha-se no art. 65, inc. II, alínea “d” e §§ 6º da Lei nº 8.666/93; ao passo que o do reajustamento encontra-se no art. 55, inc. III, e art. 65, § 8º do mesmo diploma legal.

PLANEJAMENTO

FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Preclusão lógica ao reajuste de preços

O Tribunal de Contas da União analisou [processo](#) no qual a AGU se manifestou favorável à repactuação cujo direito nasceu em período anterior à vigência na qual fora requerido, a análise culminou no paradigmático Acórdão 1828, de 27 de agosto de 2008.

Para o Ministro Relator, Benjamin Zymler, com escopo na fundamentação apresentada pelo Ministro Revisor, Aroldo Cedraz, apesar de expressar direito previsto em lei, com fundamento constitucional, **a repactuação é um direito disponível, passível de preclusão, devendo ser pleiteada por seu detentor até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de precluir de seu direito de repactuar.**



FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Preclusão lógica ao reajuste de preços

Assim, adotando a fundamentação do revisor, o relator concluiu que o direito de pleitear as repactuações havidas durante uma vigência contratual terá como prazo fatal a data do encerramento deste contrato ou, quando for o caso, data de prorrogação contratual



FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Preclusão lógica ao reajuste de preços

Em seu parecer, a Advocacia Geral da União cita que, analisado de forma abstrata, vez que nascido o direito de repactuação apenas o decurso do prazo prescricional, poderia extinguir a pretensão do contratado e, este prazo seria de 5 (cinco) anos.

Contudo, a seguir, colaciona a fundamentação do Ministro Zymler no Acórdão supracitado, e acrescenta que, **ao se firmar termo aditivo de prorrogação, constitui-se novo contrato, ainda que com cláusulas e condições similares às constantes do contrato extinto.**



FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Preclusão lógica ao reajuste de preços

Nesta linha de raciocínio o Parecer AGU expressa que todos os contratos, inclusive seus aditivos, possuem prazo de vigência determinada e “todos os efeitos deles decorrentes devem advir deste período em que se encontrava vigorando”, após o quê “conforme decidiu a Corte de Contas, houve preclusão lógica do direito consubstanciado na prática de ato incompatível com outro anteriormente praticado



FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Preclusão lógica nova lei de licitações

Art. 131. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Parágrafo único. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro **deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do [art. 107 desta Lei](#).**



1. Sanções administrativas em geral
2. Instrução Processual
3. Tipos
4. Condições para aplicação
5. Competência para aplicar penalidades
6. Limites a atuação administrativa
7. Razoabilidade, Proporcionalidade e Dosimetria
8. Casos de penalidades (filial e matriz, MEs / EPPs)
9. Lei anticorrupção e as novas penalidades
10. Cadastros
11. Recursos administrativos
12. Representação a órgãos competentes por vícios/ilegalidades/crimes cometidos na execução contratual (Controladorias, Corregedorias, Tribunais de Contas, Ministério Público, Polícias)



NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 155)



Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I – dar causa à **inexecução parcial** do contrato;

II – dar causa à **inexecução parcial** do contrato que **cause grave dano à Administração**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 155)



Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

III – dar causa à **inexecução total do contrato**;

IV – **deixar de entregar a documentação** exigida para o certame;

V – **não manter a proposta**, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 155)



Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- VI – **não celebrar o contrato** ou **não entregar a documentação** exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII – **ensejar o retardamento da execução** ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII – apresentar **declaração ou documentação falsa** exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 155)



Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- IX – **fraudar a licitação** ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X – comportar-se **de modo inidôneo** ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – praticar atos ilícitos com vistas a **frustrar os objetivos da licitação**;
- XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº **12.846**, de 1º de agosto de 2013. (lei anticorrupção)

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 156)



NOVIDADE

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

NÃO TEM MAIS SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR

PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 156)



§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

DOSIMETRIA

PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 156)



§ 2º A sanção prevista no inciso I do *caput* deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do *caput* do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. (I – dar causa à inexecução parcial do contrato;)

ADVERTÊNCIA

PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



Slide 122

122

ABOP 50

NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 156)



§ 5º A sanção prevista no inciso IV do *caput* deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta **de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.**

INIDONEIDADE

PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



I – quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da **autoridade máxima da entidade**;

PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Slide 126

ABOP 50

NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 156)



§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do *caput* deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do *caput* deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

MULTA

PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 156)



§ 9º A aplicação das sanções previstas no *caput* deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

REPARAÇÃO DOS DANOS

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 157)



Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do *caput* do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no **prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.**

AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO

PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES





AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO

IMPEDIMENTO DE CONTRATAR E INIDONEIDADE

Slide 130

ABOP 50

NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 158)



§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o *caput* deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO

IMPEDIMENTO DE CONTRATAR E INIDONEIDADE

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 158)



§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, **o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.**

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, **provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.**

AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO

IMPEDIMENTO DE CONTRATAR E INIDONEIDADE

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 158)



§ 4º **A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos**, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I – interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput* deste artigo;
- II – suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III – suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

PRESCRIÇÃO

**A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES**

NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 160)



Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 161)



Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo **15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções** por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**Ceis**) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**Cnep**), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

CEIS E CNEP

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES





Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do *caput* do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo **regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.**

CEIS E CNEP

Slide 137

ABOP 50



NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 162)



Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei

MULTA DE MORA

**A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES**

NOVA LEI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 163)



Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II – pagamento da multa;
- III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

REABILITAÇÃO

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



ABOP 50

Gestão de contratos

O Instrumento de Medição do Resultado (IMR)

Variação dos já usados SLA e do ANS

Gestão de contratos

O Instrumento de Medição do Resultado (IMR)

ANEXO VIII

1. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo V-B, ou outro instrumento substituto para **aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:**



Gestão de contratos

O Instrumento de Medição do Resultado (IMR)

IX - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR): mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.



Gestão de contratos

O Instrumento de Medição do Resultado (IMR)

ANEXO VIII

- a) não produzir os resultados, exigida as atividades **concluir de executar, ou não executar com a qualidade mínima** tratadas;
- b) **deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço**, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



Gestão de contratos

O Instrumento de Medição do Resultado (IMR)

2. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.



Gestão de contratos

O Instrumento de Medição do Resultado (IMR)

3.2. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.



Gestão de contratos

O Instrumento de Medição do Resultado (IMR)

3.3. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.



Gestão de contratos

O Instrumento de Medição do Resultado (IMR)

3.3. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

Gestão de contratos

Pregão nº 505/17-5 DNIT

17.1.3 Os indicadores são:

17.1.3.1 Prestação dos serviços de vigilância descritos na IN nº. 05/17-SLTI-MPOG, pontualidade e qualidade do fornecimento de materiais e equipamentos, cumprimento das obrigações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme consta dos Itens 3 e 13 deste Termo de Referência;

Gestão de contratos

Pregão nº 505/17-5 DNIT

17.1.3 Os indicadores são:

17.1.3.2 Os itens que compõem o Anexo III não são exaustivos, devendo a Fiscalização anotar e complementar o relatório com eventuais irregularidades.

17.2 Os serviços serão avaliados trimestral e consecutivamente como forma de avaliação da qualidade da prestação dos serviços contratados objetos deste Contrato.

Gestão de contratos

Pregão nº 505/17-5 DNIT

17.3 A primeira avaliação será formulada após o 90º (nonagésimo) dia da data da assinatura do Contrato, até o quinto dia útil imediatamente subsequente ao mês do 90º dia;

17.4 O fiscal do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das atividades previstas na tabela I (anexo III) a ser formalizada conforme o subitem 17.3.



Gestão de contratos

Pregão nº 505/17-5 DNIT

17.5 Apurado o número de ocorrências do IMR conforme tabela I (anexo III), na fatura do mês da formalização prevista no item 17.4, a contratante providenciará glosa conforme tabela II (anexo III).

17.6 A CONTRATANTE notificará a CONTRATADA quanto a formalização mencionada no subitem 17.4, até o 5º (quinto) dia útil imediatamente posterior ao da formalização.



Gestão de contratos

Pregão nº 505/17-5 DNIT

17.7 A CONTRATADA, terá 3 (três) dias úteis, antes do pagamento da fatura do último mês do período avaliativo, para apresentar recurso quantos aos apontamentos do IMR.

17.8 Caso seja verificado em um dos períodos trimestrais avaliativos realizados durante a vigência deste Contrato a existência de mais de 13 ocorrências, inclusive, poderá a CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, rescindir o Contrato.



Gestão de contratos

Pregão nº 505/17-5 DNIT

17.9 Os pagamentos deverão ser proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

17.10 Este Instrumento de Medição de Resultados (IMR) é parte integrante do Contrato.



Gestão de contratos

Modelo

ANEXO III Instrumento de Medição de Resultado

INDICADORES	
Proporcionalidade ao atingimento de metas estabelecidas no IMR	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a segurança patrimonial e pessoal nas dependências do DNIT
Meta a Cumprir	100% dos serviços executados e dos materiais recebidos, adequados ao uso e à perspectiva da administração.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo abaixo indicado.

CONTROLE



Gestão de contratos

Modelo

Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das atividades da execução dos serviços (Item 3 e 13 do TR), conforme perspectiva da Administração e posterior lançamento do resultado na planilha de controle.
Periodicidade	Trimestral
Mecanismo de cálculo	O número de ocorrências no trimestre refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou, a glosa, pelo não atingimento.
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato. Será formalizada no 90º (nonagésimo) dia da data da assinatura do contrato, no primeiro dia útil imediatamente subsequente ao mês do 90º dia.
Faixas de ajuste no pagamento	0 a 3 ocorrências = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura. 4 a 6 ocorrências = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura. 7 a 9 ocorrências = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura. 10 a 12 ocorrências – 85% da meta = recebimento 85% da fatura.
Sanção	A existência de mais de 13 (treze) ocorrências, inclusive, considerar-se-á como atingida 5% da meta, caracterizar-se-á inexecução parcial ou rescisão. Recebimento de 5% da fatura.



Gestão de contratos

Modelo

TABELA I - FATORES DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO TRIMESTRAL									
ITEM	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS							
		Mês 1		Mês 2		Mês 3		Nº de ocorrência	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1	Atraso no crédito de salários além do 5º dia útil do mês imediatamente subsequente ao do mês de referência): (ordinários - mensal), décimo terceiro, férias, remunerações compensatórias e rescisões contratuais.								
2	Atraso do crédito dos benefícios de vale transporte além do estabelecido (no contrato ou na Convenção Coletiva)								
3	Atraso do crédito dos benefícios de vale refeição além do estabelecido (no contrato ou na Convenção Coletiva).								
4	Não fornecer equipamento ou fornecer diferente das especificações, ou não substituir quando necessário (Contrato e Termo de Referência).								



Gestão de contratos

Modelo

5	Não providenciar substituição tempestiva de quaisquer ausências de postos de serviço por absenteísmo.								
6	Substituir funcionários sem a anuência prévia da CONTRATANTE.								
7	Não cumprir determinações e Notificações.								
8	Não registrar fatos ou situações no livro de ocorrências.								
9	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado ou determinação formal.								
10	Permitir ou causar danos ao patrimônio do DNIT, de terceiros, à integridade física de quem quer que seja, lesão corporal ou consequências letais dentro das dependências.								



Gestão de contratos

Modelo

TABELA II - AJUSTES NO PAGAMENTO

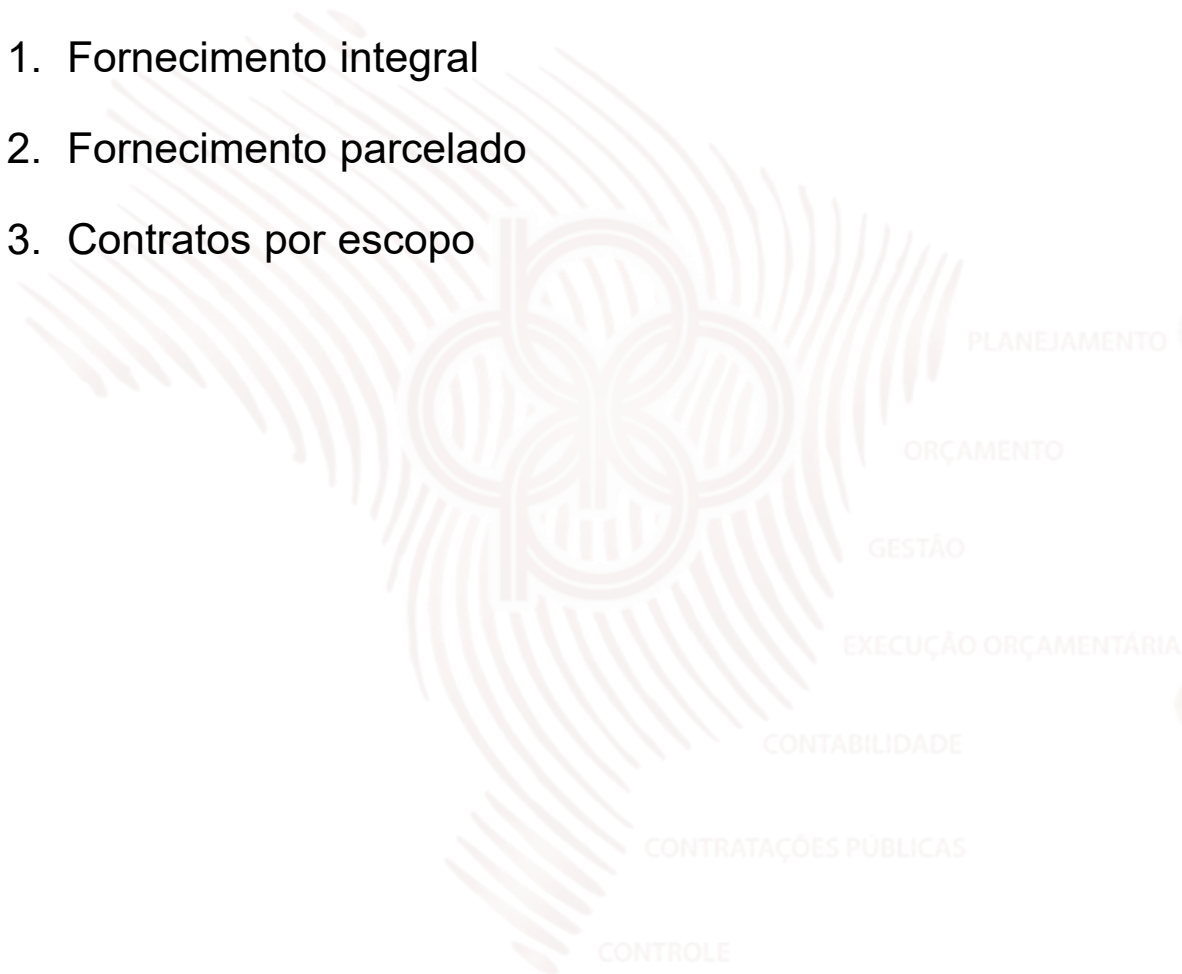
VALOR DO CONTRATO TRIMESTRAL (A)	R\$
PERÍODO	
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (B)	

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS NO TRIMESTRE	FAIXA IMR	PERCENTUAL DE ATINGIMENTO DA META % (C)	FATOR IMR (A) X (C)	VALOR RECEBIDO PELA EMPRESA
0 a 3		100%	R\$	R\$
4 a 6		95%	R\$	R\$
7 a 9		90%	R\$	R\$
10 a 12		85%	R\$	R\$
13 ou mais - Inexecução parcial ou rescisão		5%	R\$	R\$
VALOR RECEBIDO			R\$	R\$



1. Contratos de fornecimento de bens

1. Fornecimento integral
2. Fornecimento parcelado
3. Contratos por escopo



Nova Lei de Licitações

Das Compras: (art. 40)

Há três principais eixos na área de licitações e contratos administrativos: fornecimento, serviços e obras.

As compras se relacionam ao fornecimento de produtos que podem ser entregues de forma imediata ou parcelada.

As de forma imediata, com entrega integral e que não resultem em obrigação futura, podem ser processadas sem contrato (art. 94, II, da Lei).

Nas demais, o termo de contrato é obrigatório

Destaca-se que a regra na lei anterior era o processamento das compras por meio de registro de preços. A lei atual traz essa forma de processamento como uma faculdade de escolha ao gestor.



NOVA LEI

DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS (art. 111)



NOVIDADE

Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- I – o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- II – a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



MÓDULO VII – Gestão de Contratos por espécie

FATO GERADOR

Sugere-se a Leitura do Caderno de Logística “Pagamento pelo Fato Gerador” da Seges/ME

Assim, se previsto no edital ou no contrato o pagamento por fato gerador, a nota fiscal do mês de referência deve ser emitida após o cálculo dos valores efetivamente devidos de férias, 1/3 de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados (Lei 14.133/2021, art. 121, § 3º, inciso V, e art. 142.)



Conta Vinculada

Lei 14.133/2021, art. 121, § 3º, inciso III, § 4º; e IN - Seges/MP 5/2017, Anexo VII-B, item 1.2 e Anexo XII

Se for adotada a conta vinculada, os valores das obrigações trabalhistas são retidos em uma conta bancária em nome do contratado e ficam bloqueados até o momento do pagamento efetivo das obrigações.

Além disso, em caso de inadimplência das contribuições previdenciárias e do FGTS, a Administração estará autorizada a reter essas obrigações até que sejam regularizadas

Pagamento direto ao empregado

Lei 14.133/2021, art. 121, § 3º, inciso IV

Em caso de inadimplemento, a Lei também autoriza a Administração a efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas aos empregados terceirizados, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado



SICAF VENCIDO

IN - Seges/ME 77/2022, art. 8º, § 1º.

É importante mencionar que a perda das condições de habilitação (“Sicaf vencido”) não autoriza, por si só, retenções no pagamento. Se o contratado estiver em situação irregular, a Administração deve aplicar sanções e, se necessário, extinguir o contrato



PAGAMENTO ANTECIPADO

Lei 14.133/2021, art. 145, caput e §§ 1º e 2º

É importante mencionar que, apesar de a Lei 14.133/2021 tratar a garantia adicional como uma opção, a jurisprudência do TCU emitida sob a Lei 8.666/1993 tem indicado que, para fins de responsabilização perante o Tribunal, é considerado erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lindb) **realizar um pagamento antecipado sem justificar o interesse público em sua adoção, sem previsão no edital de licitação e sem as devidas garantias que assegurem o cumprimento total do objeto pactuado.**

Nesse sentido, estão, entre outros, os enunciados da jurisprudência selecionada extraídos dos Acórdãos TCU 9209/2022-Primeira Câmara e 185/2019-Plenário (vide Quadro 417).



PAGAMENTO ANTECIPADO

Sobre o assunto, vale mencionar a Orientação - Normativa AGU 76/2023:

I - Nos contratos administrativos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, em regra, é vedado o pagamento antecipado, parcial ou total, do objeto contratado, sendo excepcionalmente admitido desde que, motivadamente, seja justificado o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos:

- a) a medida proporcione sensível economia de recursos ou represente condição indispensável para a consecução do objeto;
- b) haja previsão expressa no edital de licitação ou no instrumento formal de contratação direta; e
- c) contenha no instrumento convocatório ou no contrato como cautela obrigatória a exigência de devolução do valor antecipado caso não haja execução do objeto no prazo contratual.



PAGAMENTO ANTECIPADO

Acórdão 3328/2023-
TCU - Segunda
Câmara

9.5. nos termos dos arts. 2º, inciso II, e 9º, inciso I, da Resolução/TCU 315/2020, dar ciência ao [omissis], por intermédio do [omissis], para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes, de que foi detectada, nos presentes autos, a seguinte irregularidade: realização, sem a justificativa prévia e sem as devidas garantias, de pagamento antecipado, em desacordo com o art. 62 da Lei 4.320/1964; e

[Enunciado] A antecipação de pagamentos, em descompasso com a execução do objeto, sem previsão no edital e sem as devidas garantias ao resguardo do interesse da Administração Pública, constitui irregularidade grave, suficiente para julgar irregulares as contas e ensejar, por configurar erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lindb), aplicação de sanção aos responsáveis.

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

CONTROLE



PAGAMENTO ANTECIPADO

[Acórdão 3074/2022-TCU - Segunda Câmara](#)

[Enunciado] O ordenador de despesas tem o dever de verificar a legalidade e a legitimidade dos documentos geradores de despesa, não sendo sua assinatura mera formalidade, assim como de acompanhar e fiscalizar a atuação de seus subordinados.

[Acórdão 2518/2022-TCU - Plenário](#)

[Enunciado] É irregular a realização, sem a justificativa prévia e sem as devidas garantias, de pagamento antecipado, por contrariar o art. 62 da Lei 4.320/1964.

[Acórdão 2856/2019-TCU- Primeira Câmara](#)

[Enunciado] São requisitos para a realização de pagamentos antecipados: i) previsão no ato convocatório; ii) existência, no processo licitatório, de estudo fundamentado comprovando a real necessidade e economicidade da medida; e iii) estabelecimento de garantias específicas e suficientes que resguardem a Administração dos riscos inerentes à operação.

[Acórdão 185/2019-TCU-Plenário](#)

[Enunciado] Para fins de responsabilização perante o TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a realização de pagamento antecipado sem justificativa do interesse público na sua adoção e sem as devidas garantias que assegurem o pleno cumprimento do objeto pactuado.

CONTROLE

1. Contratos de obras e serviços de engenharia

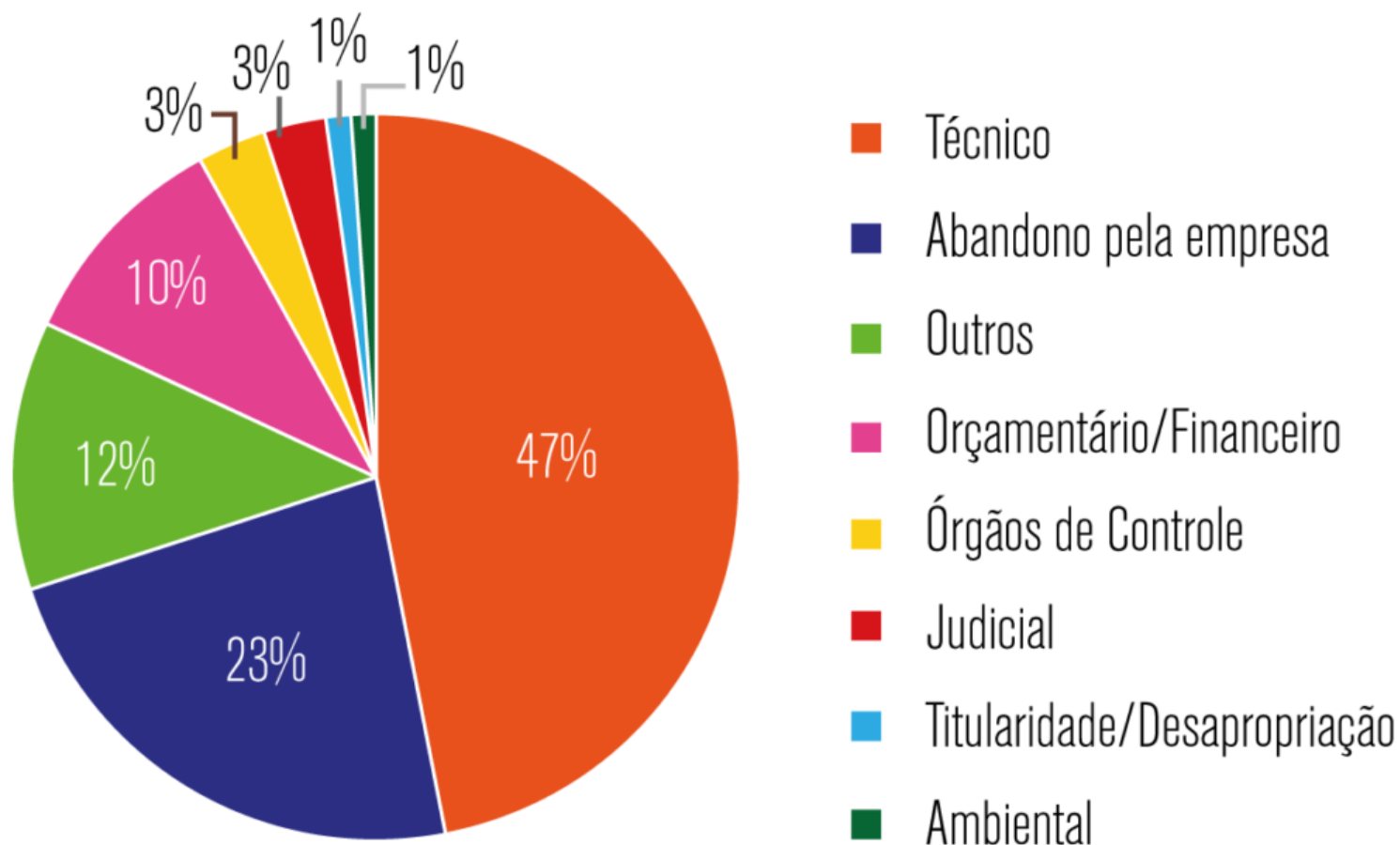
1. Distinção entre obra e serviço de engenharia
2. Orçamentação de obras públicas
3. Sobrepreço ou superfaturamento
4. Jogo de planilha e jogo de cronograma, margem de erro do orçamento
5. Instrumentos da fiscalização (diário de obras)

Matriz de Riscos

O TCU exarou, nos autos do [Processo 011.196/2018-1](#), julgado na sessão de 15/05/2019, o [Acórdão 1079/2019 – Plenário](#).

Referido julgado tratou **de diagnóstico de obras paralisadas** e da identificação das principais causas para as respectivas paralisações, observando, dentre outras, as seguintes premissas: i) obras paralisadas há mais de um ano com recursos públicos federais e ii) motivo elencado pelos gestores para a paralisação.



SO

CONTROLE

Planejamento das obras públicas segundo a nova lei de licitações

Pode-se observar:

mais da metade das causas de paralisações tinham por base problemas técnicos (47%) e orçamentários/financeiros (10%).

57% das causas de paralisação tinham por base problemas de planejamento!

175



CONCEITO			
Lei nº 8.666/93		Lei nº 14.133/2021	
OBRA	toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;	OBRA	obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;
Obras de Grande Vulto	-	Obras de Grande Vulto	XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

Obra

Art. 6, XII – obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

CONCEITO

Lei nº 8.666/93		Lei nº 14.133/2021	
Serviço de Engenharia	toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;	Serviço de Engenharia	XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:
Serviço Comum de Engenharia	-	Serviço Comum de Engenharia	todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;
Serviço Especial de Engenharia	-	Serviço Especial de Engenharia	b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;

Serviço de Engenharia

Art. 6, XXI – **serviço de engenharia**: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do *caput* deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

Serviço de Engenharia

- a) **serviço comum de engenharia:** todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;
- b) **serviço especial de engenharia:** aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;



Grande Vulto

Art. 6, XXII – obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

Art. 22, § 3º Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital **obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado**

Art 6. Lei 14.133/2021

LVI - **sobrep preço**: preço orçado para licitação ou contratado **em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado**, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada



Art 6. Lei 14.133/2021

LVII - **superfaturamento**: dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações, por:

- a) medição de quantidades **superiores às efetivamente executadas** ou fornecidas;
- b) deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em **diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança**;
- c) **alterações no orçamento** de obras e de serviços de engenharia que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado;
- d) **outras alterações de cláusulas financeiras** que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a Administração ou reajuste irregular de preços;

Sistema de Gestão

Lei 14.133/2021, art. 174, § 3º, inciso VI, alínea “b”

É importante comentar que o art. 19, inciso III, da Lei 14.133/2021 **determinou a instituição de sistema informatizado de acompanhamento de obras**, inclusive com recursos de imagem e vídeo.

O uso do sistema poderá agilizar e facilitar a fiscalização da execução de obras, e o acesso poderá ser feito pelo Portal Nacional de Compras Públicas.

No Procedimento licitatório

Obras e serviços de Engenharia (art. 46)

Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

- I – empreitada por preço unitário;
- II – empreitada por preço global;
- III – empreitada integral;
- IV – contratação por tarefa;
- V – contratação integrada;
- VI – contratação semi-integrada;
- VII – fornecimento e prestação de serviço associado.

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



No Procedimento licitatório

- A norma busca evitar os famosos aditivos contratuais, falhas nos projetos.
- A administração tem o dever de conhecer minuciosamente o que está contratando até para fazer a previsão adequada da matriz de risco a ser construída.

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



No Procedimento licitatório

Obras e serviços de Engenharia (art. 46)

Preço Global X Preço Unitário?

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES





Do procedimento Licitatório

Custos

É a denominação dada ao valor gasto em serviços ou bens na produção de outros serviços ou bens

- Custo direto (CD) – É a parte do custo do serviço que depende diretamente da quantidade de bens produzidos, ou seja, pode ser facilmente vinculada à execução de determinado bem ou serviço.
- Custo indireto (CI) – É a parte do custo do serviço que não pode ser associada de forma proporcional às quantidades produzidas.

188

BDI

BDI significa “Benefício/Bonificação e Despesas Indiretas”

É um acréscimo percentual sobre o custo da obra com o objetivo de assegurar o lucro do empreendedor e o pagamento de gastos que não podem ser calculados facilmente na planilha

Do procedimento Licitatório

COMPONENTES DO BDI

- Despesas Financeiras
- Administração Central
- Lucro
- Riscos, garantia de execução contratual e seguros
- Tributos

BDI e Súmula TCU nº 258/2010 Despesas Financeiras

As composições de custos unitários e o **detalhamento** de encargos sociais e **do BDI** integram o orçamento que compõe o **projeto básico** da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação **e das propostas das licitantes** e não podem ser indicados mediante uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas

191



Do procedimento Licitatório

Cálculo BDI

Uma obra que tenha custo direto total de R\$100.000,00, custos indiretos de R\$ 20.000,00 e lucro previsto de R\$10.000,00, teria taxa de BDI de 30% calculado de acordo com a fórmula:

$$\text{BDI} = \frac{100.000,00 + 20.000,00 + 10.000,00}{100.000,00} = 1,3 \text{ (ou 30\%)}$$

100.000,00



Principais parcelas que devem compor o BDI

- **Despesas financeiras:** são aquelas decorrentes do custo do capital de giro para fazer frente às despesas realizadas antes do efetivo recebimento das devidas receitas. Podem ser expropriadas por estimativa ou com precisão;
- **Administração central** – são despesas relativas à manutenção de parcela do custo do escritório central da empresa. Esta despesa deve ser rateada entre todas as obras gerenciadas pela empresa, proporcional a cada contrato;



Principais parcelas que devem compor o BDI

- **Benefício e lucro:** é a parcela que contempla a remuneração do construtor, definida em percentual sobre o total dos custos diretos e despesas indiretas, excluídas àquelas referentes às parcelas tributárias;
- **Riscos imprevistos e seguros** – deverão ser computados, se necessários, valores para a cobertura de despesas imprevisíveis e seguros para caso fortuito ou força maior;



Principais parcelas que devem compor o BDI

- **Valores relativos aos tributos: ex: ISS, PIS,**
- TCU Acórdão nº 325/2007 – Plenário – Detalha as principais variáveis na composição do BDI;
- Aprofundou estudo Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário novos parâmetros.
-



No Procedimento licitatório

Valores do BDI

- Verifica-se que há certa variabilidade e que os percentuais adotados estão entre 20% e 40%. Essas diferenças observadas entre os BDIs adotados devem-se, possivelmente, ao fato da composição dos mesmos incluir itens bastantes diferenciados. (média 30%)

MENDES, BASTOS. Um aspecto polêmico dos orçamentos de obras públicas (Revista do TCU, pg 27)

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



Do procedi mento Licitatóri o

Planilha Orçamentária

- É a planilha que relaciona todos os serviços atinentes a obra, acompanhados dos respectivos quantitativos, unidades de execução, preços unitários e preços totais.

197



NOVA LEI

1) A contratação integrada realmente reduz os prazos de implantação de uma obra (estimativa Dnit)?

Atividades/ regime de execução	Contratação Integrada	Preço Global/preço unitário	Lei 8666/93
Elaboração de projeto básico/anteprojeto	120 dias	240 dias	240 dias
Aprovação de projeto	-	300 dias	300 dias
Licitação (fase interna)	30 dias	30 dias	30 dias
Licitação (fase externa)	79 dias	47 dias	174 dias
Contratação	30 dias	30 dias	30 dias
Elaboração do projeto	90 dias	-	-
Aceitação do projeto	30 dias	-	-
Início de obra	379 dias	647 dias	774 dias

87

A NOVA LEI DE
LICITAÇÕES



Início regular do contrato - mobilização

Lei 14.133/2021, art. 92, § 2º

a Administração pode precisar estabelecer um período antes da emissão da ordem de serviço para verificar pendências, liberar áreas ou tomar outras medidas necessárias para garantir o início regular da execução do contrato. Isso dependerá das características específicas do objeto e do regime de execução

Recebimento Provisório e Definitivo

É importante esclarecer que, em se tratando de obra, o recebimento definitivo só ocorre após a conclusão do empreendimento.

Assim, durante a execução do objeto, os pagamentos são realizados a cada medição e ateste das parcelas ou prestações executadas.

Não há recebimento definitivo para essas parcelas, e sim do objeto, o que só ocorre ao final da obra.

Recebimento Provisório e Definitivo

Conforme previsto nos § 2º e § 6º do art. 140 da Lei 14.133/2021, o recebimento provisório ou definitivo não exime o contratado da responsabilidade pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Assim, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias



A Administração pode atrasar o andamento do contrato?

No que tange ao cumprimento do cronograma do contrato, o art. 115, § 1º da Lei 14.133/2021 **proíbe a Administração atrasar, imotivadamente, a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas.**

A vedação aplica-se **inclusive na hipótese de mudança do chefe do Poder Executivo ou de titular no órgão ou entidade contratante.**

O objetivo é garantir que a troca de gestor não interfira na continuidade da obra ou do serviço



Se a obra atrasar?

art. 115, § 5º da Lei nº 14.133/2021

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução deverá ser prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente à descontinuidade da prestação, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

Apostila é a anotação ou registro administrativo de modificações contratuais que não alteram a essência da avença ou que não modifiquem as bases contratuais.

Na prática, a apostila pode ser feita no termo de contrato ou nos demais instrumentos hábeis que o substituem, normalmente no verso da última página, ou juntada por meio de outro documento ao termo de contrato ou aos demais instrumentos hábeis



Se a obra atrasar?

Fonte: Elaboração própria com base nas normas consultadas.

Quadro 394 - Jurisprudência do TCU

Acórdãos	Dispositivos
<u>Acórdão 675/2022-TCU-Plenário</u>	[Enunciado] O atraso injustificado na execução de obras públicas é ocorrência grave, de maneira que o órgão ou a entidade contratante tem o dever de adotar as medidas cabíveis para aplicar as multas contratuais e demais penalidades previstas em lei, não se tratando de decisão discricionária da Administração.
<u>Acórdão 2296/2019-TCU - Plenário</u>	<p>[Enunciado] O fiscal de contrato, especialmente designado para o acompanhamento da obra, pode ser responsabilizado quando se omite na adoção de medidas necessárias à manutenção do ritmo de execução normal do empreendimento.</p> <p>[Voto] A inércia de [omissis] durante o período de 10 meses em que foi fiscal do Contrato [omissis] deu ensejo a grande parte do atraso no andamento do empreendimento, que, em abril de 2015 (data em que deixou de ser fiscal da avença) deveria estar na etapa de instalação de esquadrias, ferragens e vidro e, no entanto, encontrava-se na etapa de execução de fundações.</p>
<u>Acórdão 1569/2017-TCU-Plenário</u>	[Enunciado] O reajustamento de preços de contratos, em caso de atrasos na execução de serviços atribuíveis à contratada, contraria o disposto no art. 40, inciso XIV, alínea d, e no art. 65, inciso II, alínea d, ambos da Lei 8.666/1993, c/c o art. 39 da Lei 12.462/2011 (RDC).



<u>Acórdão 2140/2021-TCU - Plenário</u>	[Enunciado] O pagamento por serviços não realizados para dar cobertura a suposta execução de outros serviços ou aquisições sem previsão contratual é irregularidade grave, apta a ensejar a inabilitação dos responsáveis para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, porquanto consubstancia: i) afastamento indevido da licitação; ii) crime de falsidade ideológica; iii) crime de fraude; e iv) pagamento de serviços não executados e não liquidados.
<u>Acórdão 6145/2020-TCU - Segunda Câmara</u>	[Enunciado] O atesto de despesa efetuado sem a efetiva verificação do direito do contratado ao crédito é ato grave, sujeitando o responsável ao ressarcimento de eventual prejuízo ao erário, porquanto dá margem à ocorrência de pagamentos sem a devida contraprestação por parte do credor.
<u>Acórdão 1580/2018-TCU - Plenário</u>	9.1. dar ciência ao [omissis] que não exigir da empresa contratada a reparação, correção e reconstrução, às suas expensas, no total ou em parte, do objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultante da execução ou materiais empregados, conforme identificado na execução dos serviços de pavimentação da Avenida Benedito Agnelo, pela empresa [omissis], no âmbito do Contrato 26/2015, afronta o disposto no art. 69 da Lei 8.666/1993;

CONTROLE



1. Contratos de TIC

1. Modelo de serviços (e objeções ao modelo as a service)

2. Outros instrumentos

1. Atas de registro de preços

2. Notas de empenho



Diagrama do ciclo de administração pública:

- PLANEJAMENTO
- ORÇAMENTO
- GESTÃO
- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- CONTABILIDADE
- CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
- CONTROLE



ASSINATURA DO CONTRATO

Seção III Da Gestão Contratual

Art. 20. A fase de gestão do contrato visa acompanhar e garantir a adequada prestação dos serviços e o fornecimento dos bens que compõem a solução de TIC durante todo o período de execução do contrato.

Art. 21. A equipe de gestão de contrato é composta pelo gestor do contrato, responsável por gerir a execução contratual e pelos fiscais demandante, técnico e administrativo, responsáveis por fiscalizar a execução contratual.

ASSINATURA DO CONTRATO

Art. 23. O gestor do contrato, os fiscais demandantes, técnico e administrativo do contrato, poderão ser os mesmos servidores que realizaram o planejamento da contratação, desde que atendam os princípios da vantajosidade e economicidade para a administração pública.

PLANEJAMENTO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONTABILIDADE

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

CONTROLE



ASSINATURA DO CONTRATO

§ 1º Os papéis de fiscais não poderão ser acumulados pelo mesmo servidor, salvo quanto aos papéis de fiscal demandante e técnico, em casos excepcionais, mediante justificativa fundamentada nos autos e aprovado pelo superior imediato do dirigente da área de TIC.

§ 2º A indicação e a designação de dirigente da área de TIC para os papéis de fiscais somente poderão ocorrer mediante justificativa fundamentada nos autos, aprovados pelo Comitê de Governança de TIC ou órgão similar.

§ 3º O fiscal administrativo deverá ser designado pela autoridade competente e não poderá ser servidor da área de TIC, salvo em situações excepcionais, devidamente justificada.



ASSINATURA DO CONTRATO

§ 1º Os papéis de fiscais não poderão ser acumulados pelo mesmo servidor, salvo quanto aos papéis de fiscal demandante e técnico, em casos excepcionais, mediante justificativa fundamentada nos autos e aprovado pelo superior imediato do dirigente da área de TIC.

§ 2º A indicação e a designação de dirigente da área de TIC para os papéis de fiscais somente poderão ocorrer mediante justificativa fundamentada nos autos, aprovados pelo Comitê de Governança de TIC ou órgão similar.

§ 3º O fiscal administrativo deverá ser designado pela autoridade competente e não poderá ser servidor da área de TIC, salvo em situações excepcionais, devidamente justificada.





Karina Amorim Sampaio Costa

karina@karinaadvocacia.adv.br

karinakasc@gmail.com